

AC. EM CÂMARA

(02) RELATÓRIOS DE ATIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

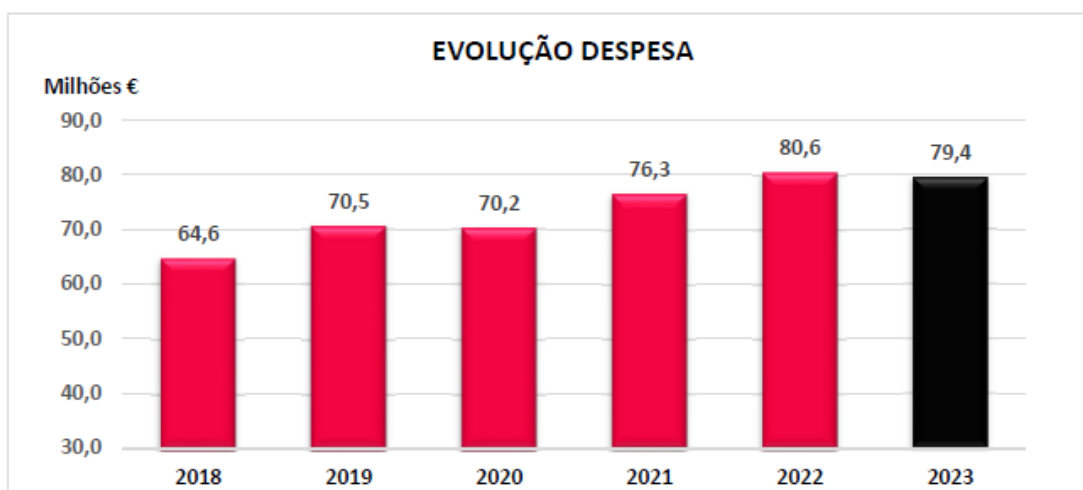
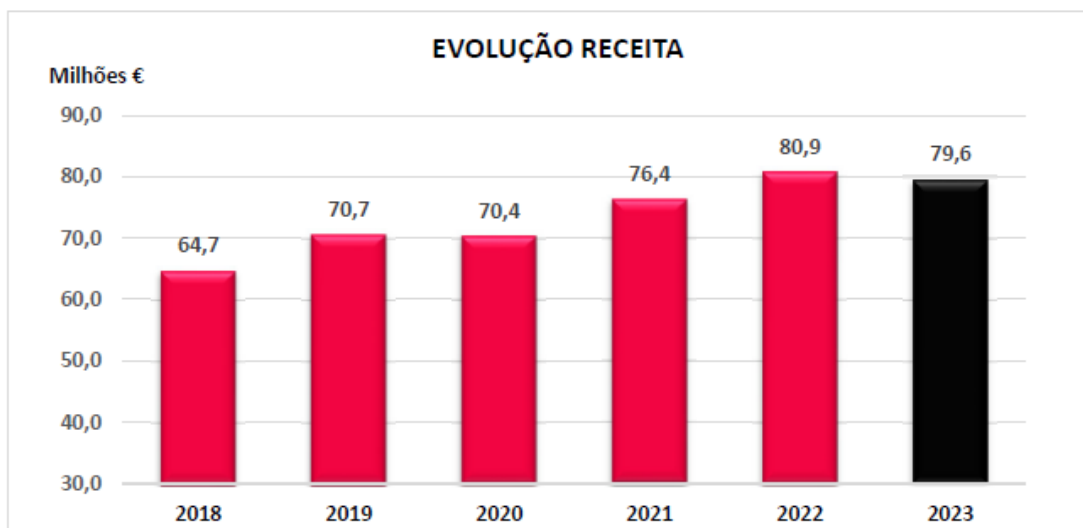
2023 – CMVC E SMVC:- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- “**PROPOSTA** – No decorrer de 2023, a Câmara Municipal enfrentou desafios complexos na gestão e execução do Plano de Atividades e Orçamento de 2023 (PAO2023). Um dos principais obstáculos foi a necessidade de adequação a uma crise inflacionista e económica de dimensão global, consequência de guerras e conflitos internacionais, que impactou diretamente a dinâmica das receitas, quer dos impostos municipais, quer das transferências do Estado que, conseqüentemente, desacelerou e retraiu a execução do orçamento municipal disponível, bem como os investimentos desenhados e projetos nele inscrito. Contudo, da conjugação da complexidade da gestão dos recursos públicos municipais disponíveis, da transparência e da eficiência na aplicação dos mesmos, do controle rigoroso da despesa corrente (evitando desperdícios), de uma relevante poupança corrente e de uma utilização qualitativa (quanto às opções), garantiu-se uma continuidade na melhoria e benefício da qualidade de vida dos Vianenses. Outro desafio ultrapassado pelo Município em 2023 foi a necessidade de continuar a encontrar soluções inovadoras e criativas para responder e mitigar as emergências, mesmo que já com relativo afastamento temporal, resultantes da pandemia da COVID-19, o que exigiu a implementação de medidas de apoio no plano da saúde e dos impactos económicos. Proatividade e colaboração, parcerias com os agentes Culturais, Sociais, Desportivos, Económicos e Sociais, permitiram garantir o cumprimento de todos os compromissos com a comunidade. A adoção de políticas de planeamento financeiro, a elaboração de um orçamento realista e flexível e a capacidade de adaptação e resiliência demonstrada pelo Município em 2023 foi fundamental para assegurar a prestação dos serviços públicos essenciais, de natureza municipal, e o desenvolvimento sustentável do Concelho. Ao enfrentar os desafios apresentados pela instabilidade económica e geopolítica, o Município demonstrou estar preparado para lidar com as turbulências financeiras e ter capacidade para ajustar o plano e respetiva execução de acordo com um cenário em constante mutação. Mostramos capacidade de acompanhamento atento às tendências macroeconómicas e capacidade de adaptação rápida para garantir a eficiência na utilização dos recursos disponíveis. É necessário recalcar a importância da transparência e prestação de contas, que não foi subestimada e foi essencial para manter a confiança dos investidores nacionais e internacionais, dos Vianenses e dos demais agentes do território no trabalho realizado. Com um diálogo aberto e comunicação eficaz, foi possível continuar a construir um ambiente de colaboração e empoderamento em prol do desenvolvimento sustentável das comunidades locais. O aumento da massa salarial (superior a **3,5 M€**, + 14,2%), os custos com a subida da inflação (com maior relevância na energia e nos combustíveis), os encargos financeiros/juros

(superior a **0,55 M€**/triplicou relativamente a 2022), as revisões de preços (superior a **1,8 M€**) e a redução de receita dos impostos diretos municipais (superior a **1 M€**, - 3,8%) tiveram um impacto operacional significativo na gestão e execução do PAO2023. É crucial considerar e relevar o quanto este conjunto de fatores afetou as finanças municipais no decorrer de 2023, bem como a capacidade de cumprir com algumas das metas estabelecidas. Em consequência, este incremento na despesa operacional consolida uma tendência de crescimento deste 2021, que só na massa salarial e revisão de preços é superior a **10 M€ (5,9 M€ e 4,1 M€** respetivamente). Perante este cenário desafiador, de influente e enorme incerteza, de gravosas consequências económicas, foi essencial adotar-se uma abordagem estratégica e transparente na gestão dos cada vez menores recursos. Priorizar a eficiência, a inovação e a sustentabilidade financeira foi a chave para garantir uma execução bem-sucedida, bem como mitigar as perspetivas económicas e orçamentais negativas, com ação direta no Exercício Económico de 2023. A colaboração entre os diferentes serviços municipais e os múltiplos setores da sociedade, a reinterpretção eficiente das parcerias e a busca por fontes alternativas de financiamento foram valiosos para superar os desafios financeiros e alcançar os objetivos estabelecidos, continuando a aprofundar a relação de proximidade com os cidadãos e a garantir a melhoria qualitativa dos serviços prestados. Mesmo nesta adversidade, asseguramos serviços de qualidade e garantimos a operacionalidade e resposta às solicitações dos nossos munícipes, dos movimentos culturais e associativos, das entidades e das Uniões e Juntas de Freguesia. Atempadamente, agradeço a todos os que, diariamente, se dedicaram ao serviço coletivo e construção de comunidade mas, em particular, aos colaboradores do Município que continuam a demonstrar uma entrega e um compromisso inigualável, permitindo que a Câmara Municipal não só tenha continuado a apresentar enorme resiliência, demonstração de eficiência, de excelência, de adaptabilidade e perseverança, sendo o garante, por mais um ano, do cumprimento da Visão, Missão e Valores estabelecidos nas Agendas 2030 da Inovação e para a Economia do Mar. O continuo compromisso com a sustentabilidade, transversal a todos os domínios da ação da Câmara Municipal, com uma estratégia coerente e ambiciosa na materialização da política económica e orçamental, garantiu uma gestão financeira rigorosa e assente em pressupostos que se traduziram em qualidade de vida e de oportunidades para as atuais e futuras gerações. Nesse sentido, a **Sustentabilidade** continuou a estar no centro da gestão do Executivo, assegurando o cumprimento dos grandes objetivos corporizados nas nossas Agendas, bem como dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Em resultado, apresentamos o segundo maior exercício financeiro de sempre registado pela Câmara Municipal, com uma receita de **79,6 M€** e uma despesa de **79,4 M€**, significando uma ligeira diminuição de 1,3% e 1,4%, respetivamente, comparativamente com 2022. Assim, a taxa de Execução Orçamental de 2023

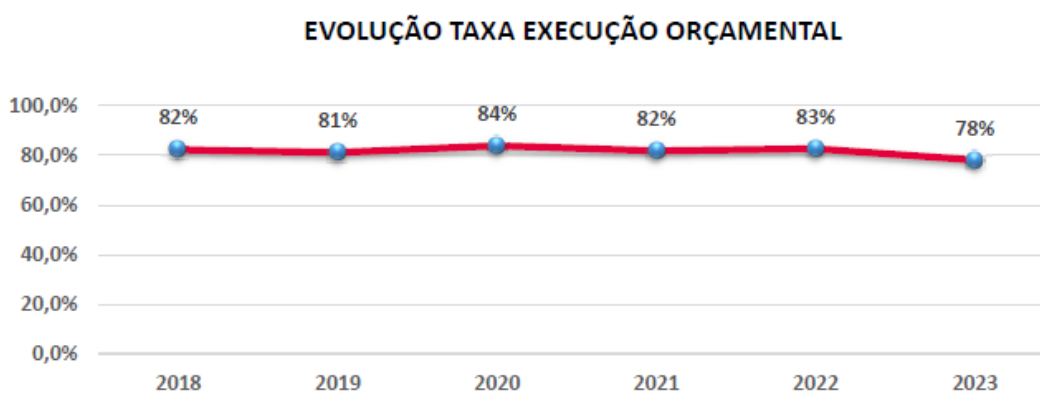
estabilizou nos **78%**, justificada pelos fatores identificados anteriormente, pelos sucessivos atrasos registados no encerramento do PT2020 e na contratualização dos Fundos Comunitários (PT2030) e da execução sólida do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). Na execução, destacamos, ainda, o **Investimento Direto** em 2023, que alcançou um montante expressivo de **16,5 M€**. Interessa aqui sublinhar que esta grandeza de investimento é das mais significativas da História do Município e que a mesma foi atingida com a capacidade de investimento do Município: (i) participação da **Poupança Corrente** de **13,6 M€** (2.ª maior de sempre), (ii) **sem recurso a empréstimos** curto, médio ou longo prazo, (iii) e num contexto de **inexpressivo financiamento** por fundos comunitários (**5,2 M€**). Finalmente, relevamos a excelente performance operacional e de concretização nas Grandes Opções do Plano. Pela primeira vez, a Educação (com **17,2%** / 6,12 M€) representa a primeira prioridade de investimento num ano económico, ou seja, foi efetivamente a nossa primeira opção de investimento. Seguida pela Coesão Territorial (**15%** / 5,3 M€, num **aumento** de **0,2 M€**), do Desenvolvimento Económico (**13,1%** / 4,6 M€), do Desporto e Tempos Livres (**12,1%** / 4,3 M€), do Ambiente e Qualidade de Vida (**9,6%** / 3,4 M€), da Saúde (**6,2%** / 2,1 M€), da Cultura (**5,1%** / 1,8 M€) e da Habitação e Urbanização (**4,3%** / 1,5 M€), demonstrando uma trajetória de apoio e mitigação às adversidades económicas e sociais dos Vianenses, bem como um modelo de desenvolvimento voltado para o futuro. Em síntese, o segundo ano de governo municipal, mesmo tendo sido um ano de profunda exigência, foi assumido como a oportunidade para fazer bem, continuando a concretizar uma visão estratégica para o nosso Município no domínio da política económica, das políticas públicas e da política orçamental (**com redução da dívida/passivo de médio e longo prazo em 0,9 M€** | de 27,8 M€ para 26,9 M€), devidamente apoiadas na concretização dos instrumentos de gestão orçamental legalmente previstos, com a ambição de um **progresso económico sustentável** para Viana do Castelo e onde tudo começa: **nas Pessoas**.

I. ECONOMIA E FINANÇAS

A gestão e atividade municipal em 2023 atingiu valores muito positivos, fixando-se muito próximo dos 80 milhões de euros, tanto na receita como na despesa. Importa referir que a receita cobrada **atingiu o valor de 79,6 milhões de euros** e a despesa executada atingiu o **valor de 79,4 milhões de euros**, representando uma ligeira diminuição de 1,3% e 1,4%, respetivamente, comparativamente ao ano anterior.



A Taxa de Execução Orçamental em 2023 registou o valor de 78%. Este valor justifica-se pelos atrasos registados na contratualização dos Fundos Comunitários (PT2030) e Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), referentes a projetos com um peso significativo no Orçamento de 2023.

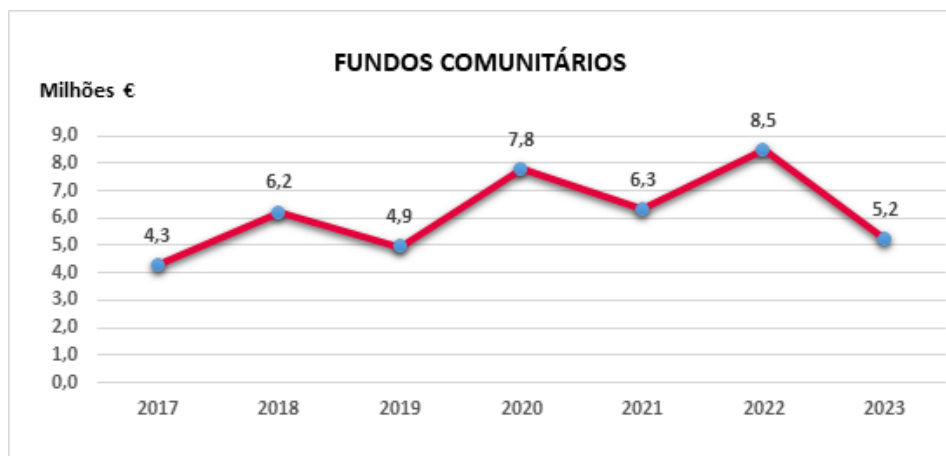


A.Receita - No ano de 2023 a receita cobrada registou o valor de **79,894 milhões de euros**, que, comparativamente ao ano anterior, representa um **decréscimo de 1,3%**.

ESTRUTURA DA RECEITA

DESCRIÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Unidade: €	
							Δ 2022/2023	%
							Valor	%
RECEITAS CORRENTES	49.852.359	52.600.068	52.769.575	53.893.216	62.259.791	63.993.177	1.733.386	2,8%
Impostos Diretos (IMI+IMT+IUC+DER)	22.782.553	23.840.056	22.372.546	22.093.191	28.036.581	26.963.709	-1.072.873	-3,8%
Impostos Indiretos	292.844	393.315	463.024	92.307	28.697	27.266	-1.431	-5,0%
Taxas Multas Outras Penalidades	964.259	957.834	816.208	1.322.989	1.406.900	1.837.171	430.271	30,6%
Rendimento Propriedade	65.271	40.629		3.698	36.070	17.662	-18.408	-51,0%
Transferências Correntes	19.424.721	20.217.035	25.019.455	25.954.677	27.905.465	28.499.318	593.853	2,1%
Venda Bens Serviços	5.521.821	5.829.748	3.487.828	3.931.632	4.600.881	6.335.820	1.734.940	37,7%
Outras Receitas Correntes	800.890	1.321.451	610.514	494.722	245.198	312.232	67.034	27,3%
RECEITAS DE CAPITAL	14.830.870	18.083.485	17.654.529	22.480.310	18.618.275	15.575.994	-3.042.281	-16,3%
Venda de Bens de Investimento	931.164	210.152	545.022	746.715	531.941	586.856	54.915	10,3%
Transferências Capital	8.008.738	8.644.025	11.932.925	10.750.789	9.595.035	8.636.967	-958.068	-10,0%
Passivos Financeiros	5.547.068	9.120.763	4.997.139	10.744.847	8.418.077	5.989.886	-2.428.192	-28,8%
Médio e Longo Prazo (MLP)	2.947.068	5.920.763	1.797.139	7.244.847	4.818.077	1.889.886	-2.928.192	-60,8%
Curto Pazo (Tesouraria)	2.600.000	3.200.000	3.200.000	3.500.000	3.600.000	4.100.000	500.000	13,9%
Outras Receitas Capital	239.544		27.979			37.730	37.730	
Saldo Gerência Anterior	104.355	108.545	151.465	237.959	73.221	324.555	251.334	343,3%
TOTAL RECEITAS	64.787.583	70.792.099	70.575.569	76.611.485	80.951.287	79.893.727	-1.057.561	-1,3%

A receita corrente cobrada, face ao ano anterior, registou um **aumento de 2,8%**, fixando-se em **63,993 milhões euros**. A receita de capital cobrada em 2023, comparativamente ao ano anterior, registou uma diminuição de 16,3%, explicada pela diminuição de 2,928 milhões de euros da receita proveniente de empréstimos bancários de médio e longo prazo e de 10,0% da rubrica de Transferências de Capital, nomeadamente, transferências provenientes de participações comunitárias. Importa referir que o valor arrecadado com a receita proveniente de **fundos comunitários em 2023 registou uma quebra de 3,3 milhões de euros**, face ao ano anterior, justificada pela transição entre os quadros comunitários e, sobretudo, pelo atraso registado na contratualização dos projetos financiados no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

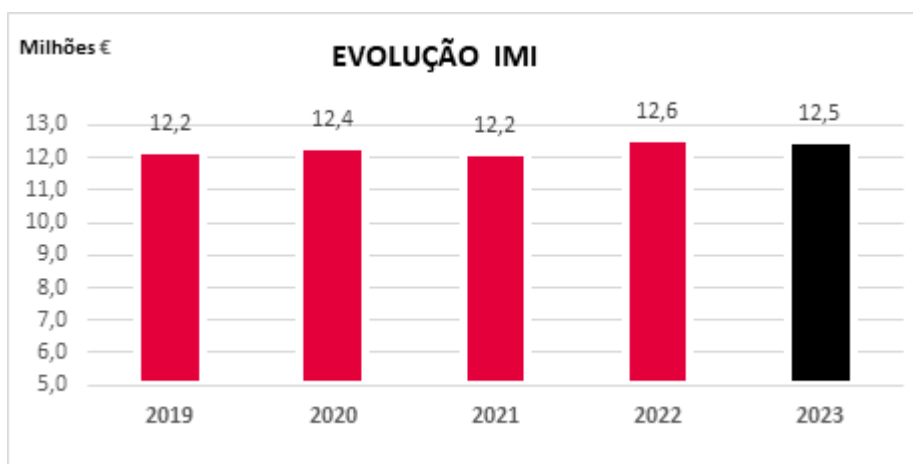


Os Impostos Diretos Locais, com um peso de 33,9% na receita total, registaram o valor de **26,963 milhões de euros**, que comparativamente ao ano anterior representa uma diminuição de 3,8%. Esta diminuição explica-se principalmente pela quebra dos dois impostos que no anterior registaram aumentos significativos, o Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT) e DERRAMA.

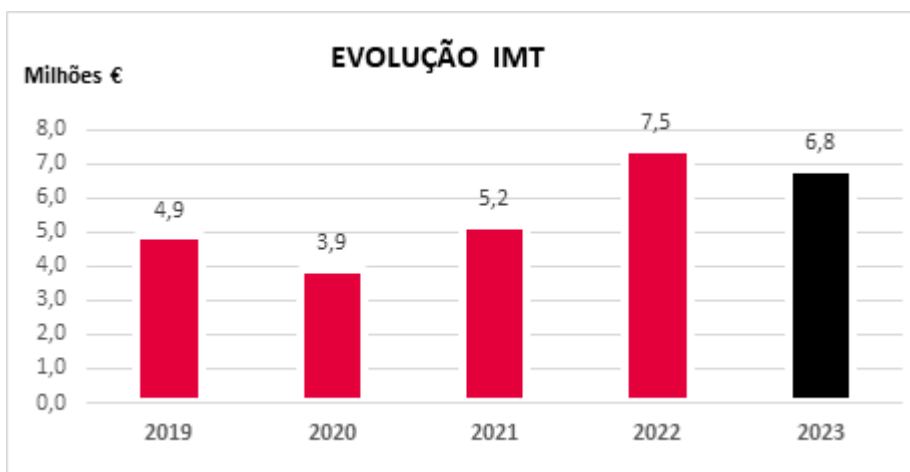
IMPOSTOS DIRETOS LOCAIS

Impostos	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 22 / 23	
						%	Valor
I.M.I.	12.224.078 €	12.358.645 €	12.171.258 €	12.609.473 €	12.528.576 €	-0,6%	-80.897 €
I.M.T.	4.873.872 €	3.917.811 €	5.195.673 €	7.453.368 €	6.846.172 €	-8,1%	-607.196 €
IUC	2.279.181 €	2.335.249 €	2.467.223 €	2.567.106 €	2.735.767 €	6,6%	168.661 €
Derrama	4.384.572 €	3.758.678 €	2.259.038 €	5.406.634 €	4.853.194 €	-10,2%	-553.440 €
Total	23.761.703 €	22.370.382 €	22.093.191 €	28.036.581 €	26.963.709 €	-3,8%	-1.072.873 €

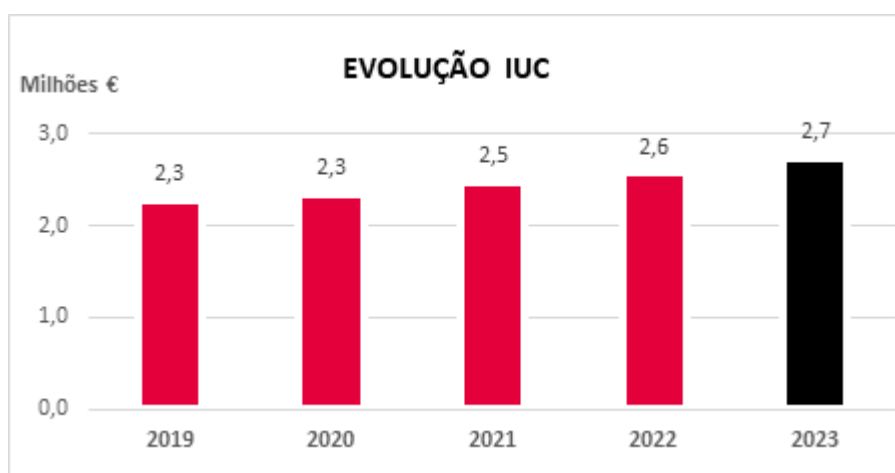
No ano de 2023, a receita referente ao **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** registou uma **diminuição de 0,6%**, fixando-se nos **12,529 milhões de euros**, explicada pela redução da taxa de 0,36% para 0,35%.



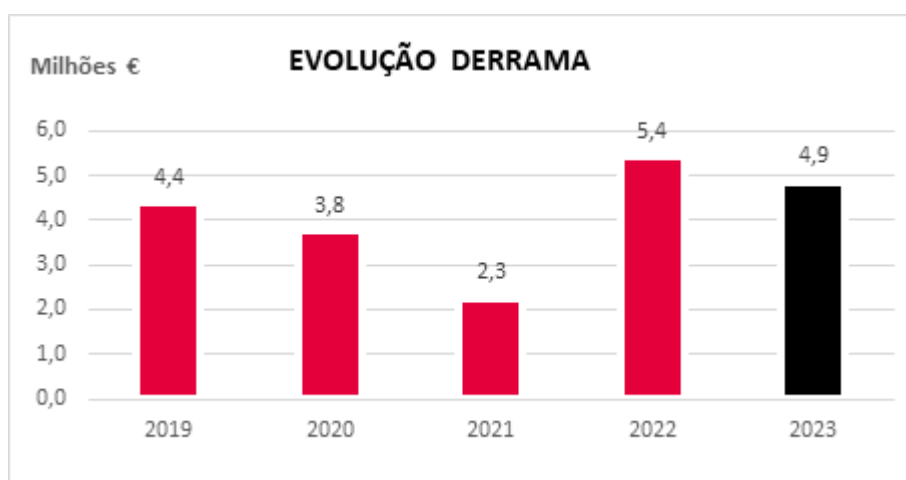
A receita do **IMT** registou o valor de **6,846 milhões de euros**, que comparativamente ao ano anterior representa uma **diminuição de 0,607 milhões de euros**.



A receita do **Imposto Único de Circulação (IUC)** mantém uma evolução muito estável, com uma receita de 2,736 milhões de euros em 2023, representando um aumento de 6,6% comparativamente ao ano anterior.



A receita da **Derrama** em 2023 foi de **4,853 milhões de euros**, que comparativamente ao ano anterior representa uma **quebra de 0,553 milhões euros**. De realçar que o **Município tem mantido a isenção** prevista na lei para os sujeitos passivos com **volume de negócios inferior a 150 000,00 €**.



No que concerne à evolução de outras receitas próprias verificou-se um **aumento nas rubricas**, sobretudo, de receita corrente, traduzindo-se numa **variação positiva global de 33,8%**. Os valores alcançados demonstram o regresso à normalidade na utilização dos equipamentos municipais e outras atividades condicionadas pelas restrições impostas no período da pandemia.

OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS

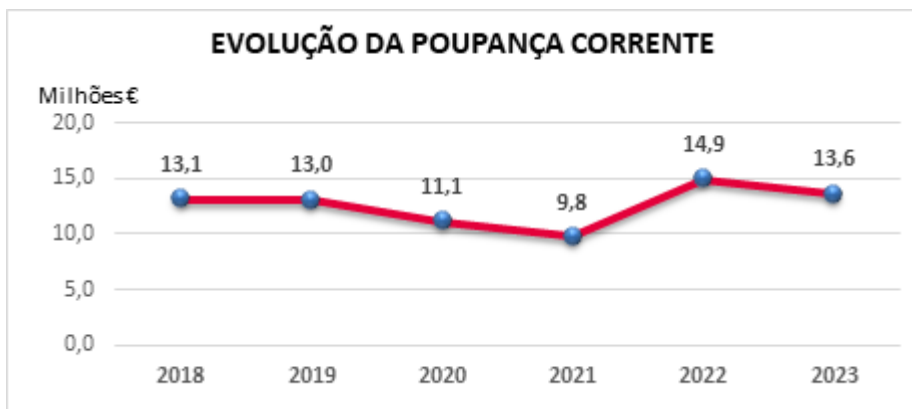
Outras Receitas Próprias	2019	2020	2021	2022	2023	Unidade: Euro	
						Δ 22/23	
						Valor	%
Impostos Indiretos + Taxas	1.351.150	1.279.232	1.415.296	1.435.597	1.864.437	428.840	29,9%
Venda de Bens e Serviços	5.829.748	3.487.828	3.931.832	4.600.881	6.335.820	1.734.940	37,7%
Venda de Bens de Investimento	210.152	546.022	746.715	531.941	586.856	54.915	10,3%
Total	7.391.049	5.312.082	6.093.644	6.568.418	8.787.113	2.218.695	33,8%

B.Despesa - A Despesa Total Paga atingiu o valor de **79,408 milhões de euros**, representando um ligeiro decréscimo de 1,4% face ao ano anterior.

DESCRIÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	Unidade: Euros	
						Δ 22 / 23	
						Valor	%
DESPEAS CORRENTES	39.554.019	41.627.076	44.120.552	47.335.886	50.407.435	3.071.548	6,5%
Pessoal	19.262.964	22.406.566	24.280.272	24.851.329	28.385.136	3.533.807	14,2%
Aquisição de Bens e Serviços	14.236.869	12.442.917	12.061.837	13.980.500	13.291.803	-688.697	-4,8%
Transferências Correntes	5.095.848	5.862.000	6.940.776	7.252.576	7.541.220	288.644	4,0%
Encargos Financeiros	206.911	246.239	183.878	180.080	555.465	375.405	208,5%
Outras Despesas Correntes	751.428	669.354	653.789	1.091.422	633.811	-457.611	-41,9%
DESPEAS DE CAPITAL	30.978.069	28.599.069	32.179.753	33.217.624	29.000.859	-4.216.766	-13%
Investimento Direto	17.481.784	14.531.914	17.689.297	20.031.572	16.564.803	-3.466.770	-17,3%
Transferências Capital	5.525.178	6.293.519	6.511.316	5.443.646	5.117.679	-325.968	-6,0%
Ativos Financeiros	1.787.006	1.222.408	1.314.753	520.838	472.570	-48.268	-9,3%
Passivos Financeiros	6.045.195	6.497.598	6.664.386	7.216.588	6.845.807	-370.781	-5,1%
Outras Despesas Capital	138.905	13.630		5.000	0	-5.000	
TOTAL DESPEAS MUNICIPAIS	70.532.089	70.186.145	76.300.305	80.553.511	79.408.293	-1.145.217	-1,4%

A despesa corrente registou um **aumento de 6,5%**, justificado, sobretudo, pelo aumento da rubrica “Despesas com Pessoal”. Este aumento justifica-se pelo **aumento salarial verificado em 2023** e também pela descentralização de competência da Ação Social para o Município. Importa referir a despesa com os encargos financeiros mais que triplicou face ao ano anterior, refletindo o enorme aumento das taxas de juro ocorrido em 2023. No que respeita à **Poupança Corrente**, este indicador continua a apresentar valores muito positivos, que conjuntamente com a receita proveniente dos Fundos Comunitários, garantem o financiamento do Investimento Global (Câmara, Freguesias e Instituições) realizado no Concelho. **Este indicador revela que o Executivo**

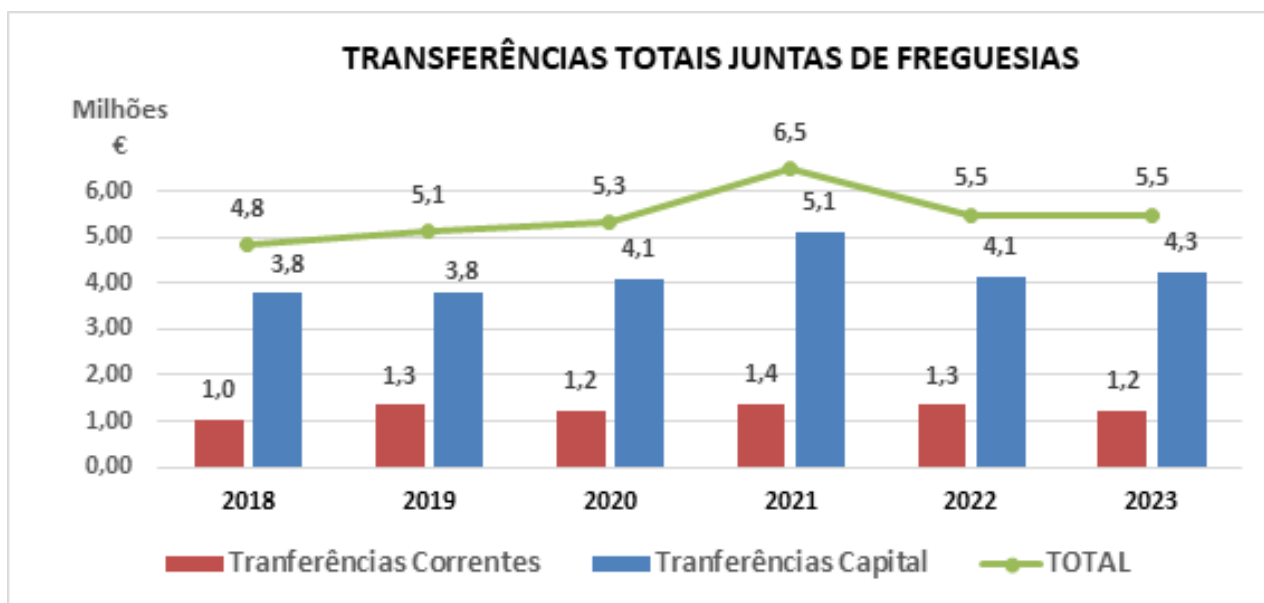
mantém o controlo da despesa corrente, mas, sobretudo, garante o equilíbrio orçamental preconizado na Lei das Finanças Locais.



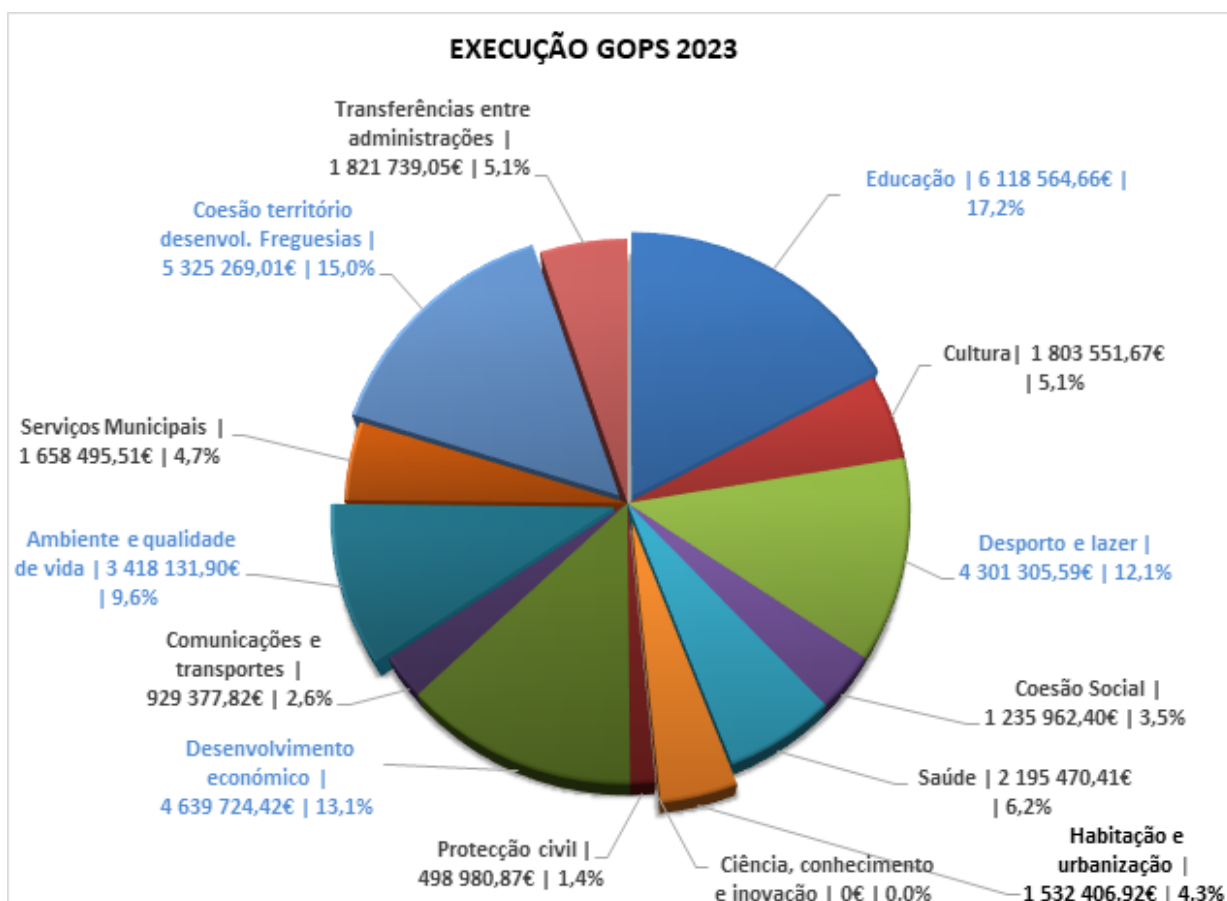
O **Investimento Direto** em 2023 registou o valor de 16,565 milhões de euros, representando uma diminuição de 17,3% face ao ano anterior. Esta quebra deve-se principalmente à diminuição da receita proveniente dos Fundos Comunitários, prejudicadas pelo período de transição entre quadros comunitários e, sobretudo, pelo atraso na contratualização dos projetos financiados pelo PRR, adiando o arranque de importantes investimentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos de 2023.



C. Coesão Territorial - Este Executivo continua a **apostar numa política de descentralização e coesão do território**, através da valorização da capacidade de gestão e dinamização dos Executivos das nossas Juntas e Uniões de Freguesia. Em 2023 o valor total transferido para as Freguesias foi de **5,5 milhões de euros**. Importa referir que o valor transferido para realização de **investimento nas freguesias** registou um **aumento de 0,2 milhões de euros**. Os resultados conseguidos demonstram, mais uma vez, a importância que o Executivo reconhece a todas as Juntas e Uniões de Freguesias no objetivo da Coesão Territorial do Concelho de Viana do Castelo.



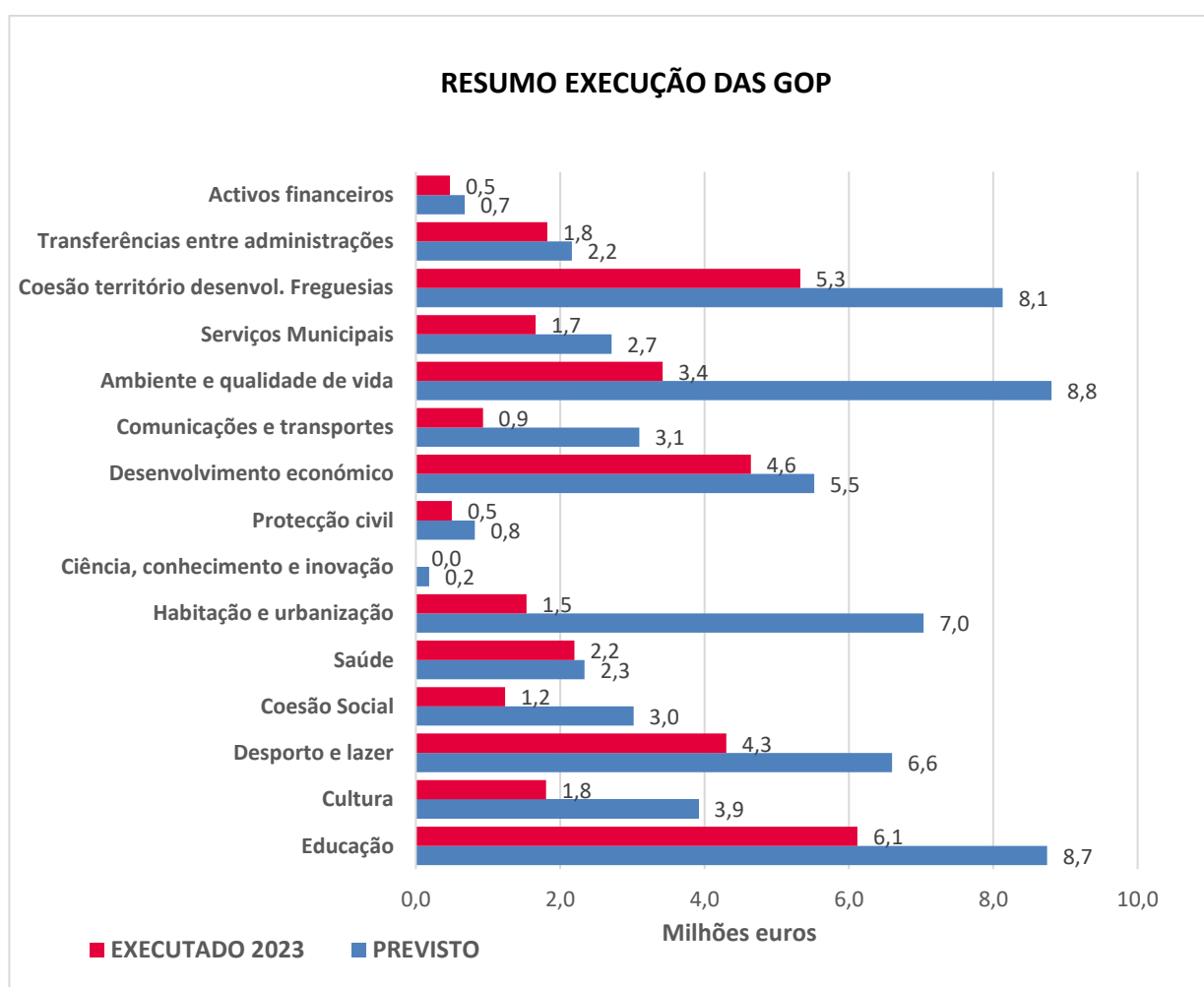
D. Grandes Opções do Plano



Da análise do gráfico verifica-se que as áreas com maior despesa realizada foram as seguintes: 1. **Educação**, com uma realização financeira de 6,119 milhões de euros, representando **17,2% da despesa total**; 2. **Coesão do Território e Desenvolvimento das Freguesias**, com uma realização financeira de 5,325 milhões de euros, representando **15,0% da despesa total**; 3.

Desenvolvimento Económico, com uma realização financeira de 4,640 milhões de euros, representando **13,1% da despesa total**; 4. **Desporto e Lazer**, com uma realização financeira de 4,301 milhões de euros, representando **12,1% da despesa total**; 5. **Ambiente e Qualidade de Vida**, com uma realização financeira de 3,418 milhões de euros, representando **9,6% da despesa total**.

Análise comparativa entre Previsão e Execução



Da análise do gráfico anterior podemos concluir que, das quatro áreas prioritárias de intervenção previstas aquando a elaboração das GOP, nomeadamente, **Ambiente e Qualidade de Vida**, **Educação**, **Coesão Territorial Desenvolvimento das Freguesias** e **Habituação e Urbanização**, pelos valores de execução três mantiveram-se nos quatro primeiros lugares, com apenas uma troca entre Habituação e Urbanização e o Desporto e Lazer.

Contabilidade Relato Orçamental

Unidade: Euro

RECEITA / DESPESA	2020	2021	2022	2023	Δ 22 / 23	
					%	Valor
RECEITA TOTAL	70.424.104	76.373.526	80.878.066	79.569.172	-1,6%	-1.308.894,57
RECEITA EFETIVA	65.275.501	65.390.720	72.386.767	73.254.731	1,2%	867.963,09
DESPESA TOTAL	70.186.145	76.300.305	80.553.511	79.408.293	-1,4%	-1.145.217,30
DESPESA EFETIVA	62.466.139	68.321.165	72.816.105	72.089.916	-1,0%	-726.188,74
DESPESA PRIMÁRIA	62.219.900	68.137.288	72.636.045	71.534.451	-1,5%	-1.101.593,90
RECEITA EFETIVA CAPITAL	12.505.926	11.497.504	10.126.976	9.261.553	-8,5%	-865.422,88
DESPESA EFETIVA CAPITAL	20.839.063	24.200.614	25.480.219	21.682.481	-14,9%	-3.797.737,14

SALDOS	2020	2021	2022	2023	Δ 22 / 23	
					%	Valor
SALDO GLOBAL ou EFETIVO	2.809.361	-2.930.445	-429.337	1.164.814	371,3%	1.594.152
SALDO PRIMÁRIO	3.055.601	-2.746.568	-249.278	1.720.279	790,1%	1.969.557
SALDO DE CAPITAL	-8.333.137	-12.703.109	-15.353.242	-12.420.928	19,1%	2.932.314
SALDO CORRENTE	11.142.499	9.772.664	14.923.905	13.585.742	-9,0%	-1.338.162

Resultados - Antes da apresentação e análise dos Resultados Contabilísticos e análise dos Rácios, importa informar e analisar a posição do Município face aos limites impostos pela Lei das Finanças Locais. **Limites da Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013 de 3/09) - Equilíbrio Orçamental (Artigo 40.º)** - "... receita corrente bruta cobrada, deve ser, pelo menos igual à Despesa corrente acrescida das Amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo ..."

Valores do ano 2023				
Receita Corrente Cobrada (1)	Despesa Corrente (2)	Amortizações médias (EMLP) (3)	Total (4 = 2 + 3)	Margem (5 = 1 - 4)
64.913.044,13€	50.444.495,36 €	4.117.898,77 €	54.562.394,13 €	10.350.650,00 €

Limite da dívida total (Artigo 52º) - "... a dívida total de operações orçamentais do Município, não pode ultrapassar em 31/12 de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios ..."

Receita Corrente Líquida (CMVC + SMSBVC)			
2021	2022	2023	Média dos 3 últimos Exercícios
58.232.372,59 €	66.587.970,35 €	68.960.938,62 €	64.593.760,52 €
Valores a 31/12/2023			
Média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (1)	Limite (2 = 1 * 1,5)	Dívida total excluindo não orçamentais e FAM (3)	Margem (4 = 2 - 3)
64.593.760,52 €	96.890.640,78 €	39.278.333,86 €	57.612.306,92 €

Resultados

Resultados	2023	2022	2021	Δ 22/23
Resultados Antes Depreciações e Gastos de Financiamento	14.366.127,22 €	12.684.679,81 €	12.143.843,84 €	13,26%
Resultados Operacionais	5.506.248,06 €	4.441.503,09 €	4.510.724,90 €	23,97%
Resultado Líquido	4.741.237,94 €	4.301.507,53 €	4.322.853,25 €	10,22%

Apuramento do Custo das Existências Vendidas e Matérias Consumidas

Ano 2023

Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais		84.204 €
Compras		117.802 €
Regularizações de existências		159 €
Existências finais		133.811 €
Custo do exercício		68.354 €

Rácios

Indicadores	Rácio	2023	2022	2021
Autonomia Financeira	Património Líquido / Ativo	80,9%	80,8%	78,4%
Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	618,8%	564,2%	501,8%
Liquidez Geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	25,3%	42,5%	36,8%
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente - Inventário) / Passivo Corrente	24,5%	41,9%	36,3%
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Corrente	12,6%	19,1%	13,1%
Rendimento Património Líquido	Resultado Líquido / Património Líquido	2,0%	1,8%	2,1%

Aplicação de Resultados - Verificando-se que o resultado líquido de 2023 é positivo no montante de 4.741.237,94 €, deverá o mesmo ser, nos termos legais aplicáveis, transferido para a conta 56 – Resultados Transitados; constatando-se ainda que no mesmo ano os Resultados Transitados alcançam montante negativo de 13.273,33 €, propõe-se que o montante 4.727.964,61 € seja repartido da seguinte forma: - Reforço de reservas no montante de 236.398,23 €, correspondente a 5% do resultado transitado: - Reforço do património pelos restantes 95%: 4.491.566,38 €. **AGRADECIMENTOS** - Aos dirigentes e funcionários da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, pelo elevado sentido de serviço público e profissionalismo demonstrados, que permitiram a realização dos objetivos traçados pelo executivo municipal. É admirável ver o vosso compromisso com a Missão, incansáveis para atender às necessidades da comunidade e garantir o bem-estar de todos nós. O vosso esforço e empenho não passam despercebidos e são verdadeiramente valorizados por todos nós. Sei que nem sempre é fácil lidar com os desafios e obstáculos que surgem no dia a dia, mas é justamente a vossa determinação e dedicação que fazem a diferença e geram um impacto positivo nas nossas vidas. Enalteço o vosso árduo trabalho, perseverança e compromisso com a excelência. Expresso a minha profunda gratidão pela vossa dedicação ao serviço público e à sua melhoria. Obrigado pelo vosso profissionalismo, zelo e dedicação, fundamentais para o funcionamento da sociedade e para a construção de um futuro melhor para todos! A todos os serviços descentralizados do estado, agentes económicos, culturais, desportivos e sociais, às comunidades escolar, saúde e social, aos Presidentes das Uniões e Juntas de Freguesia e aos muitos cidadãos voluntários pela dedicação e trabalho diário. Muito obrigado pela vossa dedicação incansável! Viana do Castelo tem como meta a sua própria superação, contando para este desiderato com a iniciativa, o dinamismo e o

compromisso de todos os agentes desta estrutura maior do Estado Local. (a) Luís Nobre.”. e “ A administração dos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo (SMVC) faz um balanço positivo do ano de 2023, e como é sabido o Município de Viana do Castelo encontra-se nos primeiros lugares da lista de municípios com as melhores práticas nacionais no âmbito dos Sistemas Públicos em Baixa de Gestão de Resíduos Urbanos (SPMGRU), estando em plena articulação com o Plano Estratégico Nacional para os resíduos urbanos e com o plano de investimentos concretizado pelo Sistema de Gestão Resíduos Urbanos. Em 2021 descrevemos o ano como um ano de estabilização interna, 2022 como um ano desafiante, já 2023 descrevemos como um ano de consolidação, mas também um ano de novos desafios. Novos caminhos se traçaram e novas competências foram assumidas, a limpeza urbana continuou a ser uma prioridade, assim como a recolha de resíduos indiferenciados e biorresíduos. Num ano em que fomos Cidade Europeia do Desporto, assumimos com todo o empenho o lema “quem gosta vem, quem ama fica” e conseguimos manter todo o concelho num nível de limpeza igual ou superior a anos anteriores, onde não existiram tantos eventos e tanta afluência de pessoas a visitar Viana do Castelo. A manutenção e conservação de ecovias, passadiços e limpeza de praias foi levada a cabo com sucesso, tendo sido constituída uma equipa interna que se dedicou exclusivamente a este acompanhamento 365 dias por ano. Relativamente aos números apresentados neste relatório, os SMVC recolheram e transportaram um total de 1.685,00 toneladas de biorresíduos alimentares e de espaços verdes em 2023, um valor consideravelmente superior a 2022, onde transportaram 1.476,00 toneladas desta matéria prima. Entendemos que as equipas que se encontram no terreno a fazer a fiscalização e sensibilização para esta temáticas, assim como as campanhas efetuadas nas escolas, foram fundamentais para estes números positivos, foi o melhor ano de sempre onde destacamos o crescimento da recolha e transporte de biorresíduos de espaços verdes, com um crescimento de 68% comparativamente a 2022 e, um crescimento de 1,34% na tipologia de biorresíduos alimentares comparativamente a 2022. A produção total de resíduos urbanos em viana do castelo, em 2023, foi de 41.942 toneladas, ou seja, mais 134 toneladas do que em 2022 (41.808,00 toneladas), estes números podem justificar-se pelo aumento da população no concelho e maior número de atividades e eventos, que resultaram numa maior produção de resíduos, embora pouco significativa tendo em conta o cenário geral. No domínio dos resíduos recicláveis recolhidos seletivamente pela Entidade Gestora Resulima S.A., e contrariamente ao ano de 2022 onde se verificou uma diminuição face a 2021, também na linha do que afirmamos na nota do relatório de 2022, o trabalho de sensibilização e fiscalização junto de pessoas singulares e coletivas foi uma das prioridades de 2023, este empenho trouxe novamente resultados positivos, uma vez que os Vianenses separaram em 2023, 6.262 toneladas de resíduos suscetíveis de valorização através da reciclagem, um incremento de 257 toneladas relativamente ao ano anterior, 2022. Ou seja, mais 4%.

Importante deixar uma nota acerca da recolha dos resíduos volumosos ou fora de uso, onde os SMVC têm uma linha telefónica sempre disponível e recebem neste momento uma média de 107 chamadas / semana, foi uma aposta em 2023 e entendemos que deve continuar a ser uma das prioridades, uma vez que permite a prevenção do abandono de resíduos volumosos na via e espaços públicos e o seu tratamento adequado. Relativamente ao quadro de pessoal, verificamos um maior número de efetivos, sendo objetivo recorrer cada vez menos ao trabalho temporário, com exceção de épocas festivas e verão. A nossa missão é também dar as melhores condições de trabalho, segurança e estabilidade àqueles que estão ao nosso lado diariamente. Também em 2023 iniciamos o procedimento concursal para admissão de um diretor delegado nos SMVC, facto que se veio a consumir no final do ano e do qual apresentaremos resultados no relatório referente a 2024. As contas dos SMVC referentes a 2023 resultam de um grande esforço e articulação entre todos, desde 2020 até 2023 os custos do tratamento dos resíduos urbanos sofreram um aumento de 2220%. Quer isto dizer que, ao longo destes últimos 4 anos, a deposição de resíduos na entidade gestora, RESULTIMA, subiu de 1,82€/tonelada para 43,63€/tonelada, tendo em conta que os SMVC suportaram consecutivamente este aumento, alterando apenas uma vez o tarifário, com o imprescindível suporte financeiro da Câmara Municipal de Viana do Castelo. Foi um ano de organização também a este nível, planeando novas fontes de receita e organizando a contabilidade, no que respeita a dívidas incobráveis que se encontram em condições de registar a imparidade já em 2024, estando algumas já em execução fiscal. Tem sido também exaustivo o trabalho de levantamento de habitações que estariam até ao momento fora do sistema de clientes dos SMVC por não serem clientes da ADAM, e como tal, não estariam a pagar o tarifário de resíduos como todos os cidadãos. Procuramos a igualdade de todos os cidadãos, e como tal, estas pequenas mudanças serão fundamentais para que possamos ter uma sociedade mais justa, também nesta área. Por fim, reforçar que o trabalho da comunicação dos SMVC tem sido absolutamente imprescindível para o caminho que esta “casa”, que é de todos, está a fazer. Todo este trabalho seria absolutamente impossível sem a colaboração de todos os nossos funcionários, que se empenham diariamente para que tudo isto seja possível. Apresentamos um relatório de atividades do qual nos orgulhamos e um relatório de contas que reflete o esforço feito diariamente pela equipa SMVC. (a) Carlota Borges”. Finda a apresentação dos documentos, o Presidente da Câmara Municipal submeteu a votação, os Relatórios de Atividades e Documentos de Prestação de Contas da Câmara e dos Serviços Municipalizados, tendo sido aprovados por maioria com cinco votos a favor do Presidente da Câmara e dos Vereadores Manuel Vitorino, Carlota Borges, Ricardo Rego e Fabíola Oliveira dois votos contra dos Vereadores Eduardo Teixeira e Paulo Vale e a abstenção das Vereadoras Ilda Araújo Novo e Cláudia Marinho. Mais foi deliberado submeter os referidos documentos a apreciação da

Assembleia Municipal e mandar remetê-los ao Tribunal de Contas, tudo de acordo com o disposto, nomeadamente, no Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), conjugado com o artigo 33º, número 1, alínea c), da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e no número 1 do artigo 47º da Lei nº 2/07, de 15 de Janeiro. Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na ata, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presente a totalidade de membros em efetividade de funções. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:- “DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU - No momento da votação do PAO para o ano 2023, a CDU alertou para eventuais consequências que podiam surgir resultado da percentagem do orçamento que o executivo PS destinou a algumas rubricas, com o prejuízo de não se poderem concretizar. E estávamos Certos! Um orçamento que ano após ano é enfatizado como sendo o maior de sempre e, ano após ano surge com uma taxa de execução a decrescer. Estamos perante um documento político é certo! Mas que apresenta o resultado daquelas que foram as opções políticas do executivo em maioria, neste caso do PS! Um documento que na fase de apresentação de orçamento, é um conjunto de intenções! e que já na altura não acompanhamos, por não convergirmos naquilo que seriam as nossas prioridades para o Município e por sua vez também para os seus munícipes! E como é óbvio não convergimos naquelas que foram as opções tomadas. Para a CDU a habitação é uma questão central a ser tratada, pois é um eixo essencial de dignidade para a condição humana. Tal como é o acesso e a descentralização da cultura no desenvolvimento humano, a Educação e a Saúde. Podemos também falar da verdadeira Coesão territorial entre cidade e freguesias como um desenvolvimento equilibrado e simétrico de forma a combater desigualdades. É preciso fazer mais e melhor, mais objetividade e menos irrealismo, trabalhar para ter resultados concretos e não para propaganda, com a adoção de uma política que responda efetivamente às necessidades e expectativas dos cidadãos e não apenas a situações momentâneas... Temos alertado consecutivamente para a ausência de uma política com uma estratégia a médio e longo prazo, de desenvolvimento e de resposta imediata aquilo que são os problemas que se mantêm ano após ano na vida dos vianenses. Na apresentação do PAO referente a 2023 referimos: “as GOPS apresentadas é um sinónimo de pouca visão estratégica, iniciativa, pro atividade e sobretudo uma continuidade do mesmo, em que pouco ou nada é acrescentado para o ano de 2023 uma romaria de promessas

repetidas ano após ano”, este resultado apresentado é prova disso mesmo! A **Coesão Social** tal como referimos na altura e já na altura contrariando o apresentado pelo executivo em maioria, em que dizia que seria o “ano desafiante”, verificamos o seu estado paliativo, do previsto (3 milhões), nem milhão e meio foi efetuado! A **Cultura** um dos 9 eixos da proposta eleitoral do PS para este mandato, denominado “Cultura com Identidade” corre neste relatório de contas e perante o evidenciado, o risco de perder alguma coisa pelo caminho... pois os 3,9 milhões de euros fica um pouco aquém dos dois milhões concretizados... A **Habitação e Urbanização**, o direito à habitação é essencial para garantir uma vida digna e igualitária para todas as pessoas, a habitação é essencial para a dignidade humana e está intrinsecamente ligada a outros direitos, como o direito à vida, à saúde, à educação e à liberdade de residência. Uma habitação adequada não se resume apenas a um espaço físico, mas também inclui acesso a serviços básicos, infraestrutura, segurança, privacidade e condições de higiene adequadas. É assim uma **área** primordial e consagrada na nossa Constituição da República, apresentada também como aposta por este executivo em maioria e projetada como tal, mas ficando evidentemente aquém do desejado. Do desejado em campanha e do desejado em termos de execução! A CDU alertou para a pouca definição da sua projeção e por sua vez para alguma da sua concretização. Do projetado, sensivelmente 7 milhões, só foi, concretizado milhão e meio! facto que nos leva a questionar a evolução de medidas previstas no exercício deste mandato, como por exemplo a medida 1º direito e em concreto medidas apontadas no PAO como uma “estratégia de reequilíbrio do mercado onde previam soluções diversificadas, economicamente sustentáveis e que estimulariam a oferta para todos os estratos socioeconómicos, a preços compatíveis com o rendimento dos vianenses e atrativos para novos residentes.” Onde estão as evidências do planeado perante tais resultados? **Coesão territorial desenvol. Freguesias**, outra área projetada acima do real concretizado pois a sua concretização fica perto 5 milhões e meio de euros, quando foram previsto 8 milhões. possui praticamente o mesmo montante que nos últimos 2 anos, como se nas freguesias a inflação seja uma utopia ou estivessem isentas de alguns impostos. Podemos concluir que o estado e por sua vez o poder local, não acompanha definitivamente as competências transferidas e a real necessidade do território. Assim, não deverá ser o pilar das intervenções deste executivo em maioria, pois a coesão territorial apresenta uma tendência decrescente ano após ano, indo contra aquilo que é declarado constantemente como um pilar fulcral de desenvolvimento para o Município. o **Ambiente e a Qualidade de vida**, como última GOP evidenciada por nós e evidenciada pelo executivo em maioria como principal no planeamento para o ano de 2023, foi meramente um diagnóstico errado! De uma projeção de um investimento perto dos 8 milhões e novecentos mil (8.806.422,81) só se concretizou 3,4 milhões. A CDU já na altura referiu que estaria muito aquém do desejado, referindo

inclusive que: “Defendemos também que o Ambiente deverá ser interpretado de uma forma integrada e sustentável” e citamos inclusive o referido no PAO de 2023 da CM “o bem-estar coletivo, a proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas, assim como a erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade, são objetivos de um desenvolvimento sustentável”. Assim, também alertamos mediante o que era explanado ficávamos sem perceber como erradicavam ou mitigavam a pobreza no concelho, pois não era referido em parte alguma. Tal como a pobreza não pode de forma alguma ser “sustentável” por isso era incompatível com o bem-estar coletivo, onde devemos e teremos de dar particular importância reforçando medidas estratégicas e que acompanhem e ajudem no combate ao problema. Das opções apresentadas pelo executivo em maioria PS, já não víamos essas evidências e melhoria de cenários! Perante tal desfasamento nos resultados podemos aferir que o caminho para este executivo em maior faz -se caminhando mas de preferência devagarinho! Referente à evolução da taxa de execução orçamental importa salientar que esta apesar de estar nos 78% tem vindo a decrescer de ano para ano e alertamos para a descida referente à poupança corrente ao ano em causa e dos fundos comunitários. Na panóplia de dificuldades com as quais vamos sendo confrontados: descentralização de competências, guerras e inflação, sendo que quem mais sente, será como sempre os mesmos, a população, e que, face ao aumento do custo de vida, necessita de maior apoio. Esta necessidade não nos parece ser a realidade percecionada pelo governo central, pois as verbas direcionadas (transferência de competências) para os municípios, não acompanha as necessidades territoriais e as exigências para sectores essenciais na vida das populações. Continuamos a reforçar o que sempre dissemos, que o assunto da descentralização de competências deveria de ter sido aprimorado e acautelado, e que os municípios não deveriam ter assinado documentos em branco, pois o esforço financeiro seria bastante e dever-se-iam acautelar cenários inoportáveis para as instituições e por sua vez para as populações. a transferência de atribuições e competências deveriam ter sido acompanhadas dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequados ao desempenho das funções em causa, visando uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações. Exigências que vemos agora explanadas neste documento, que dificultam ainda mais a gestão autárquica pois é necessário encontrar respostas, é fazer o muito com pouco. Continuamos a afirmar o que em tempos defendemos, que devem manter-se no Estado a universalidade das funções sociais, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade, no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural. Assim, e por toda a exposição apresentada e porque do evidenciado ainda encontrarmos aspetos que teremos de

considerar como positivos a CDU irá abster-se. (a) Cláudia Marinho.”. “DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS/PP – O meu colega do PSD, o senhor Vereador Dr. Paulo Vale, já fez a apreciação do relatório e contas no que respeita à Economia e Finanças, aos números propriamente ditos. Sendo ele expert na matéria, poupa-me assim ter de o fazer mas, pese embora amadora, entendo não dever deixar de tecer algumas considerações em representação do CDS. Assim sendo, não posso deixar de realçar que o relatório, para além doutras razões e constrangimentos que enuncia, e referidas pelo senhor Presidente na intervenção inicial, escuda-se uma vez mais na pandemia para justificar a diminuição da execução orçamental. Ora, dada a retoma quanto à actividade económica do Concelho, propalada nas reuniões de Câmara e também constante nos indicadores de crescimento económico plasmados no relatório, acho este argumento em particular inadequado, para ser simpática na adjectivação. Mais alguns reparos. Quanto ao resumo da execução das GOP, não esmiuçando mas tendo em conta a análise comparativa entre a Previsão e a Execução, nota-se que, no que diz respeito à habitação e pese embora as justificações subjacentes, a execução ficou muitíssimo aquém das previsões, isto numa área que, como todos sabemos e consideramos, é prioritária. Merece o mesmo reparo o respeitante à execução do previsto para a Coesão Territorial, onde se evita referir que o valor total transferido para as Juntas e Uniões de Freguesia aumentou, em investimento, apenas em 200 mil euros, surgindo a referência simpática de ter sido de 0,2 milhões de euros, igualmente bastante inferior ao previsto. Outras notas poderiam realçar situações equivalentes, pela negativa, no que respeita à execução no ambiente e qualidade de vida e nas comunicações e transportes, por exemplo. Por outro lado, é de notar que o relatório afirma estar garantido o equilíbrio orçamental preconizado na Lei das Finanças Locais, o que é positivo e pesa na apreciação da gestão económica e financeira do município. Quanto à apreciação crítica e política. De forma breve, sem tergiversações. O relatório é indubitável quanto à clareza de tudo quanto apresenta e elenca. Muito bem estruturado mesmo. Se a Vereadora do CDS fosse do executivo PS, que não é, aprová-lo-ia com toda a certeza e sem hesitação, por reconhecer ser impressiva a actividade concretizada. Nomeadamente, é de destacar a acção cultural, os apoios aos projectos educativos e protocolos, os programas e projectos em saúde e desportivos e as respostas sociais em geral. Também entendemos ser de referir as actividades, projectos e acções elencadas e concretizadas na área do ambiente e sustentabilidade e o trabalho desenvolvido na protecção civil, que registamos com apreço. Contudo, e por outro lado, apesar dos Vereadores da Oposição fazerem parte do executivo, com deveres e responsabilidades políticas, corresponsabilidade civil e criminal inerentes à função, a verdade é que muitas vezes têm servido para validar opções unilaterais da maioria, decisões e opções de que, maioritariamente, acabam por conhecer pela comunicação social ou pelos sites oficiais da Câmara Municipal. É que, comparativamente com o profuso número do que vem elencado no relatório de Actividades e Contas,

poucas são as que vêm à reunião de Câmara para deliberação. Assim sendo, embora seja de reconhecer o trabalho, a iniciativa e até o mérito da maioria socialista em diversas das opções, acções e actividades já referidas, o CDS não reconhece como suas a maior parte das mesmas, seja por nelas não ter sido envolvido, seja por não ter tido prévio conhecimento das mesmas, ou até mesmo não concordar de todo com algum do investimento - de que são exemplo a construção do acesso rodoviário da zona industrial Vale do Neiva ao nó da A28 e a nova Travessia do Rio Lima. Considerando o que acabei de referir, não nos é possível, em consciência e convicção, votar favoravelmente. O CDS abstém-se. Uma pequena nota ainda quanto ao Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados. Mantemos a posição havida nos anos transactos. Reconhecemos a importância, o esforço e o empenho de todos os envolvidos, em cada vez mais melhorar o serviço prestado no sector dos Resíduos Urbanos, na Gestão da Actividade de Limpeza Pública e em todas as actividades associadas. (a) Ilda Araújo Novo.” **“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS** – Este Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2023 reflete os desafios vividos num ano particularmente difícil a nível nacional e internacional, que tem e teve forte impacto a diversos níveis e que criou uma enorme incerteza global, com impactos diretos a nível local. A inflação crescente e a crise económica galopante de dimensão global advinda das guerras e conflitos internacionais (que esperamos não venham a escalar ainda mais) teve efeito direto sobre as receitas, quer dos impostos municipais, quer das transferências do Estado que, consequentemente, desacelerou e retraiu a execução do orçamento municipal disponível, bem como os investimentos desenhados e projetos nele inscritos. No entanto, graças à complexidade da gestão dos recursos públicos municipais disponíveis, da transparência e da eficiência na aplicação dos mesmos, do controle rigoroso da despesa corrente (evitando desperdícios), de uma relevante poupança corrente e de uma utilização qualitativa (quanto às opções), foi possível assegurar a continuidade das políticas que permitem melhorar e beneficiar a qualidade de vida dos Vianenses. Outro factor/desafio que o Município de Viana do Castelo enfrenta é a constante necessidade de encontrar soluções inovadoras e criativas para responder e mitigar as emergências, o que exigiu proatividade e colaboração, parcerias com os agentes Culturais, Sociais, Desportivos, Económicos e Sociais. A adoção de políticas de planeamento financeiro, a elaboração de um orçamento realista e flexível e a capacidade de adaptação e resiliência demonstrada pelo Município em 2023 foram fundamentais para assegurar a prestação dos serviços públicos essenciais, de natureza municipal e o desenvolvimento sustentável do Concelho. O aumento da massa salarial, os custos com a subida da inflação (com maior relevância na energia e nos combustíveis), os encargos financeiros/juros, as revisões de preços e a redução de receita dos impostos diretos municipais tiveram um impacto operacional significativo na gestão e execução do PAO2023. Ainda assim, e face a todos estes desafios, o Município demonstrou estar preparado para lidar com as turbulências financeiras e ter capacidade para ajustar

o plano e respetiva execução de acordo com um cenário em constante mutação. Com um diálogo aberto e comunicação eficaz, foi possível continuar a construir um ambiente de colaboração e empoderamento em prol do desenvolvimento sustentável das comunidades locais. Em resultado, é apresentado o segundo maior exercício financeiro de sempre registado pela Câmara Municipal, com uma receita de 79,6 M€ e uma despesa de 79,4 M€, significando uma ligeira diminuição de 1,3% e 1,4%, respetivamente, comparativamente com 2022. Assim, a taxa de Execução Orçamental de 2023 estabilizou nos 78%, justificada pelos fatores identificados anteriormente, pelos sucessivos atrasos registados no encerramento do PT2020 e na contratualização dos Fundos Comunitários (PT2030) e da execução sólida do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). Na execução, destaca-se, ainda, o Investimento Direto em 2023, que alcançou um montante expressivo de 16,5 M€. Interessa aqui sublinhar que esta grandeza de investimento é das mais significativas da História do Município e que a mesma foi atingida com a capacidade de investimento do Município: participação da Poupança Corrente de 13,6 M€ (2.ª maior de sempre), sem recurso a empréstimos curto, médio ou longo prazo, e num contexto de inexpressivo financiamento por fundos comunitários (5,2 M€). Finalmente, relevamos a excelente performance operacional e de concretização nas Grandes Opções do Plano. Pela primeira vez, a Educação representa a primeira prioridade de investimento num ano económico, ou seja, foi efetivamente a nossa primeira opção de investimento: seguida pela Coesão Territorial, do Desenvolvimento Económico, do Desporto e Tempos Livres, do Ambiente e Qualidade de Vida, da Saúde, da Cultura, e da Habitação e Urbanização, demonstrando uma trajetória de apoio e mitigação às adversidades económicas e sociais dos Vianenses, bem como um modelo de desenvolvimento voltado para o futuro. Em concreto, Viana do Castelo foi, em 2023, plena de concretizações, nomeadamente com a implementação de Viana do Castelo - Cidade Europeia do Desporto 2023, promovendo 513 eventos desportivos de âmbito local, nacional, europeu e até mundial, que contaram com cerca de 250 mil participantes e com mais de 450 mil pessoas no público. Estas cinco centenas de eventos foram promovidas por 2.800 entidades envolvidas aos mais diversos níveis e tiveram o apoio de 8 500 voluntários. A qualidade e competência organizativa desta enorme mobilização desportiva ao longo do ano 2023, valeu o reconhecimento de Viana do Castelo como a Melhor Cidade Europeia do Desporto do ano 2023, pela Associação das Cidades Europeias do Desporto (ACES Europe). O Município acolheu eventos como os Encontros do Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID), mas também as Comemorações do Dia do Exército, e ainda diversos eventos de grande escala nas ruas de Viana do Castelo, num total de 48 iniciativas realizadas ao longo de todos os meses, que permitiram uma dinamização consistente e ininterrupta. A criação de novos modelos e de programas de incentivo à atividade cultural de todos os agentes deste ecossistema pautou a ação do Município neste setor. Em espaços municipais, destaque para as 9

exposições temporárias que passaram pelo Museu do Traje e pelo Museu de Artes Decorativas, a que acrescem mais 17 nos Antigos Paços do Concelho, que contaram com 27.815 visitantes, cerca de quatro mil visitantes a mais do que os registados no ano 2022. A Biblioteca Municipal, nos diversos serviços, registou 77 845 utilizadores, em 2023, mais 15 mil do que no ano anterior. De destaque ainda a Estratégia Local de Habitação de Viana do Castelo, que nasce assente num exercício de planeamento abrangente, orientado para o reequilíbrio entre as dinâmicas do mercado e a intervenção pública na garantia do direito à habitação para todos os segmentos da população, já residente ou a atrair e fixar no futuro. No Município, a intervenção foi planeada com base no diagnóstico social das carências habitacionais do território identificando 686 agregados, o que totaliza 2500 pessoas, que irão beneficiar desta estratégia, num período de investimento de 5 anos. O investimento privado e a continuidade da concretização da estratégia de apoio às empresas fixadas no Concelho e de incentivo a novos investimentos internacionais, nacionais e locais, tem garantido a Viana do Castelo a liderança do ranking dos Municípios que mais exportaram nos últimos anos e a fixação de cada vez mais empresas no território. Por isso, foi lançada pela autarquia a plataforma “Work in Viana” para criar uma maior sinergia entre a oferta e a procura de trabalhadores e as empresas, que registou um aumento do número de empresas com anúncios neste portal e dos perfis inscritos nesta bolsa de emprego digital, tendo resultado na criação direta de mais de 250 empregos durante o ano e a qualificação e empregabilidade das empresas fixadas no concelho. O ano marcou também o centenário do Elevador de Santa Luzia, a abertura do Centro Municipal de Proteção Civil, a aprovação da candidatura do VIANA S.T.ARTS Centre que nasce através da 'reutilização criativa' do Antigo Matadouro Municipal de Viana do Castelo, mas também do Bairro Comercial Digital para promover e fomentar o desenvolvimento dos setores do comércio e dos serviços abertos ao consumidor. Este documento, assente numa lógica de compromisso com os vianenses, garante a gestão financeira rigorosa do Município assente em pressupostos que visam sobretudo a concretização de uma visão estratégica para o nosso Município no domínio da política económica, das políticas públicas e da política orçamental (com redução da dívida/passivo de médio e longo prazo em 0.9 M€ / de 27,8 M€ para 26.9M€) devidamente apoiadas na concretização dos instrumentos de gestão orçamental legalmente previstos, com a ambição de um progresso económico sustentável para Viana do Castelo e onde tudo começa: nas Pessoas. Relativamente ao Relatório de Atividades e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo (SMVC), tal como é descrito na sua mensagem inicial deste, 2023 foi um ano de consolidação, mas também um ano de novos desafios. A sensibilização e fiscalização foram prioridades de 2023, este empenho trouxe resultados positivos, uma vez que os Vianenses separaram em 2023, 6.262 toneladas de resíduos suscetíveis de valorização através da reciclagem, um incremento de 257 toneladas relativamente ao ano anterior,

2022, ou seja, mais 4%. São apresentadas e explicadas as dificuldades no relatório e não há dúvidas de que os resultados dos SMVC referentes a 2023 resultam de um grande esforço e sinergias entre todos os serviços do Município. Desde 2020 até 2023 os custos do tratamento dos resíduos urbanos sofreram um aumento de 2220%, ou seja, ao longo destes últimos 4 anos, a deposição de resíduos (custo imputado aos SMVC), subiu de 1,82€/tonelada para 43,63€/tonelada. Este esforço financeiro vem sendo assumido maioritariamente pelos SMVC e CMVC, protegendo os cidadãos de subidas abruptas. Por fim, referir o acompanhamento e monitorização permanente de praias, passadiços e ecovias, uma nova competência dos SMVC assumida com todo o rigor e com resultados positivos. Assim como a excelência na limpeza urbana e recolha de resíduos num ano em que Viana do Castelo foi cidade europeia do desporto e recebeu mais visitas e eventos do que o habitual. Por isso, o executivo socialista congratula-se e defende este Relatório de Atividades e Prestação de Contas. (a) Luís Nobre; (a) Manuel Vitorino; (a) Carlota Borges; (a) Ricardo Rego; (a) Fabíola Oliveira.”

16 de Abril de 2024